



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Política da conveniência: uma análise sobre segurança privada no espaço público.

Autoria: Carolina Krugel Marques (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Na Universidade Federal Fluminense atuam diferentes profissionais, dentre eles vigias e vigilantes patrimoniais. Procuo aqui explicitar como se relacionam essas duas categorias de agentes de segurança terceirizados entre si, com o público, a polícia e quais funções se dão no cotidiano do work. O ethos militar incorporado em suas práticas e principalmente em seus discursos implicam na falta do poder de polícia e respalda suas relações não na discricionariedade ou treinamento para a situação pela empresa ou instituição, mas em relações informais e de conveniência que norteiam a dinâmica de work e administração de conflitos. Acordos e atribuições informais são ensinados pelos agentes mais antigos e vão se reformulando conforme cada contexto, como supervisão de outros funcionários e controle de faltas. Falas que se referem a noções sobre o que significam ordem, disciplina e bom funcionamento do espaço projetam e reproduzem uma lógica que consolida modos de pensar e agir, ou de não agir, conforme o que é conveniente. Disputas sobre espaços que deveriam ser igualitários mas não são exacerbam forças dominantes, representadas no work dos agentes em contraposição a forças oprimidas e desiguais que dependendo de uma estética, possuem tratamento diferenciado. Ao analisar noções de segurança acionadas, verifica-se que vigias e vigilantes estabelecem sua organização hierárquica principalmente através da arma de fogo, símbolo que atribui o poder coercitivo ao vigilante e leva-o a se portar de uma maneira distinta para o vigia e para com o público, sendo capaz de lidar com a situação de ?risco real?. Além do armamento, nas vestimentas e equipamentos se imprimem signos semelhantes aos da polícia, e em suas práticas tomadas de decisões galgadas em moralidades, sendo a polícia militar a alternativa acionada para emergências as quais fogem das atividades do vigilante. Os resultados desta pesquisa, que refletem sobre o ethos militar incorporado pelos agentes através da prática policial, dos acordos informais que estabelecem relações de conveniência no espaço público e consolida o



work, dos territórios e comportamentos que promovem, uns mais vigiados do que outros, e onde os comportamentos individuais vão se adequando, permitindo uma disciplina comportamental de acordo com os mesmos, traçam a ordem da administração pública, seus mecanismos de autoridade e poder coercitivo sobre certos indivíduos que promove uma política da conveniência, baseada na tolerância, ou não, dependendo do que for melhor para o agente, não pretendem apresentar verdades concretas, mas sim compreender as complexidades e subjetividades das relações de poder, controle e negociação na política das relações e suas influências representativas e simbólicas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: